

O que significa esse acerto de 11 bilhões

O diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional, Jacques de Larosière, anunciou anteontem, em Washington, um novo pacote financeiro de 11 bilhões de dólares, a fim de que o Brasil possa pagar as suas contas; as já vencidas e as que vencerão até o fim de 1984.

Trata-se de um acerto apenas preliminar nos termos do qual os bancos internacionais deverão conceder 6,5 bilhões de dólares, as agências de crédito comercial de alguns países entrarão com mais 2,5 bilhões de dólares e os próprios governos credores, reunidos no Clube de Paris, com outros dois bilhões.

Convém, no entanto, receber essa notícia com os devidos cuidados. Esses novos empréstimos não se devem — como os ministros brasileiros certamente vão tentar argumentar — aos esforços do governo brasileiro junto aos credores e organismos internacionais. Devem-se, provavelmente, mais à premência dos bancos norte-americanos que seriam obrigados a contabilizar como perdas, em seus balanços trimestrais que deverão apresentar em outubro, os ativos emprestados ao Brasil e não pagos no vencimento.

Mas a razão mais importante por que esse novo acordo, acertado em princípio com os credores externos, não deve ser recebido com entusiasmo excessivo é o fato de que esse adicional de 11 bilhões de dólares está longe de resolver o problema crucial da dívida externa brasileira. São apenas uma dose de soro fisiológico destinado a repor a perda de recursos em consequência da hemorrhagia cambial que atingiu o Brasil. Ainda assim, destina-se a cobrir apenas o déficit externo de 1983 e de 1984, caso os compromissos assumidos pelo Brasil junto ao Fundo Monetário Internacional e sacramentados na Carta de Intenções sejam inteiramente cumpridos — o que é altamente improvável. Tudo indica que esses 11 bilhões de dólares serão insuficientes até mesmo para fechar o balanço de pagamentos brasileiro em 1984, e já nos próximos seis meses será necessário conseguir mais recursos.

Mas, ainda que esse novo pacote financeiro fosse suficiente para repor as perdas líquidas do Brasil no biênio 83-84, o problema fundamental ainda está sem solução porque falta ainda estancar a hemorrhagia. Falta encontrar uma solução definitiva para a incapacidade atual e futura do Brasil de honrar seus compromissos externos. Sem uma renegociação mais profunda da dívida externa, que preveja um reescalonamento das obrigações a vencer nos próximos anos e, certamente, também o adiamento do pagamento dos juros dos capitais tomados por empréstimo, o Brasil será obrigado a perpetuar a agonia atual: vai atrasar o pagamento das parcelas vencidas e, ao mesmo tempo, estará contratando novos jumbos e novos bridge-loans que vão adiar indefinidamente a solução.

É preciso ter bem claro que, enquanto não se encontrar uma saída em grande estilo para o drama conjunto dos países em desenvolvimento — que bem poderia ser um Segundo Plano Marshall, como o economista Wassily Leontief propôs há pouco mais de uma semana —, o impasse imediato nas contas externas do Brasil tem mesmo de ser superado com recursos novos provenientes, acima de tudo, dos próprios bancos internacionais.

O Fundo Monetário Internacional, que, em tese, poderia vir a constituir-se salva-vidas alternativo para os países em desenvolvimento, já não tem recursos para tanta demanda e não os vai ter no futuro mais próximo. O resultado da reunião de domingo último do Comitê Interino do Fundo reforça essa convicção, já que, em vez de poderem utilizar até 150% de sua cota, os países-membros do FMI só poderão obter empréstimos que variam de 102% a 125% da cota, anualmente, pelo período de três anos, até um máximo cumulativo de 407% e 500%. Mesmo assim, esses novos limites só poderão ser utilizados quando houver o aumento geral das cotas do FMI — em média de 47,5% — ainda não ratificado pela maioria dos países-membros.

Está mais do que demonstrado que os bancos internacionais teriam muito a perder com um eventual aprofundamento da crise brasileira ou com a falta de definição para a nossa dívida externa. Um quadro desses também não vem ao encontro dos interesses dos países industrializados, nem do sistema financeiro internacional, muito menos dos organismos internacionais destinados a velar pela saúde econômica de países tão estratégicos como o Brasil.

Está claro que os recursos do Fundo Monetário Internacional são, de longe, insuficientes para sanear os grandes desajustes econômicos dos países em desenvolvimento, entre os quais o Brasil. Também não há como adotar indefinidamente a receita convencional do Fundo, que é a recessão econômica, porque esta, quando aplicada indiscriminadamente, leva à deterioração econômica, social e política dos países ainda em maturação. Em consequência, não há como fugir de um acerto em profundidade com os bancos internacionais que desafogue as finanças brasileiras e permita a retomada do desenvolvimento econômico.

Mas, para isso, é preciso que o governo brasileiro exerça mais eficazmente seu enorme poder de barganha. É preciso que o governo retome a iniciativa e não perca mais tempo, sob pena de perder também esse poder de barganha. E, para isso, seria preciso que o governo brasileiro fosse muito diferente desse que aí está.